

A negação da afro-brasilidade na literatura brasileira

Prof. Dr. Adeíto Manoel Pinho¹ (UEFS).

Resumo:

Os romances têm a capacidade de construir modelos de pensamento e conduta que podem se consagrar à medida que o texto é lido pelas gerações ou atuação do seu autor. É necessário, com esse viés, argüir a respeito da formação do sistema de literatura e de instituições como a Academia Brasileira de Letras no universo da consagração e desenvolvimento de um modelo racista para a cultura brasileira. Para tanto, recorro uma produção do prestigiado presidente da Academia — Afrânio Peixoto, o fixador do perfil moderno da Casa de Machado de Assis. O objeto de exame é o romance bem-sucedido A Esfinge. A narrativa traz idéias e promessas de um cientista brasileiro (o próprio Afrânio) depositando o êxito da jovem nação na extinção do sangue fraco e débil de negros e índios. Este estudo se utiliza das idéias críticas de Edward Said e teóricas de Siegfried Schmidt.

Palavras-chave: Romance, literatura brasileira, sistema literário, cânone, Afrânio Peixoto.

O momento é de identificação dos escritores canônicos como verdadeiros engajados nas reivindicações étnicas, como são exemplos *Machado de Assis afro-descendente* (DUARTE, 2007) e “Machado maxixe — o caso Pestana” (WISNIK, 2003). Todo esse ambiente contemporâneo parece afirmar o desleixo com que os considerados líderes dos movimentos de reivindicação, desde um Luiz Gama, muito lembrados pela forma como foram perseguidos pelo tipo de trabalho que resolveram se dedicar, não permitiram que outros, os hoje consagrados da cultura brasileira, aparecessem nessa demanda.

Não questionando *a priori* a importância de Machado de Assis para a efetivação das estratégias de afro-brasilidade, esta oportunidade de reflexão deseja investigar e compreender como coabitaram as aspirações reivindicatórias de autores de renome, os organizadores culturais, com os aspirantes científicos do desaparecimento de etnias consideradas fracas ou sintomáticas da desordem e da incompetência do Brasil, tal é o caso do nativo e do negro, como assim defendem as idéias de Afrânio Peixoto.

A Esfinge, primeiro romance² do escritor baiano Júlio Afrânio Peixoto (Lençóis, Bahia, 1876 – Rio de Janeiro, 1947),³ conta a história do escultor Paulo de Andrade, em meio às aventuras amorosas com a personagem Lúcia, sofisticada e disputada espécie de *socialite* carioca. A classe dirigente do final do Império e início da República constitui a moldura para o drama, com as suas peculiaridades, hipocrisias, costumes recomendáveis e vícios condenáveis. A descrição e o exame dos modos urbano e provinciano que caracterizam a vida do país contrastam com a sensibilidade do artista, cuja principal atribuição é, ainda, a inadaptação ao sistema social e civilizado; tudo isso, graças ao proposital atraso cultural da referida sociedade (os cenários são as cidades de Petrópolis, Rio de Janeiro, Amparo e a fazenda Barro Branco).

Os pressupostos ideológicos do romance fazem parte das orientações positivista e determinista. Desse modo, o olhar do narrador, do protagonista e de alguns personagens está sempre mediado pelo grau de pureza possuído pelos países civilizados e que o nosso terá de alcançar. Uma das saídas encontradas, e já avaliada como paradigma consagrado no romance, é o desaparecimento das raças “degeneradas” – negro, índio e mestiços – substituídas naturalmente por raças imigrantes – alemães, italianos, espanhóis, russos, polacos, ucranianos – pela ação poderosa do branqueamento da miscigenação ou, se quisermos usar o termo de Silvio Romero, da *cruza*.⁴

Este trabalho aborda algumas questões relevantes sobre o romance, um dos maiores *best-sellers* do Brasil do início do século XX (fez-se a segunda edição um mês após a primeira [BROCA, 2005, p. 207]), principalmente, as relações entre cânone literário e ideologia científica. O exame da moldura cultural da época do romance poderá trazer elementos capazes de elucidar o sentido de literatura, a função do escritor, o papel da ABL num contexto amplo, a sociedade brasileira, e num contexto mais restrito, a cultura literária brasileira.

A explicação do escritor, à época em viagem pela Europa, para o aparecimento do primeiro romance vem anexada à polêmica sobre a sua eleição para a ABL. Afrânio confessa que toda a campanha para ocupar a cadeira vaga de Euclides da Cunha, prematuramente assassinado, fora organizada pelo amigo Mário de Alencar, sem autorização, inclusive incorrendo em crime de falsificação de documentos. Uma vez que a candidatura era inevitável, tratou o ético turista de escrever um romance, porque “não quis reproduzir a aventura de Graça Aranha, que foi acadêmico apenas com o prefácio de um livro de Fausto Cardoso. Também eu havia prefaciado um livro de Araripe Júnior, o romance *Miss Kate*, mas não julgava isto bastante para a honra que me conferiram.” (BROCA, 2005, p. 358).

O próprio Brito Broca, de onde retiro as informações acima, tão preocupado em “higienizar” ou civilizar os boêmios, pouco confiáveis escritores e artistas das últimas décadas do século XIX e das primeiras do XX, acaba por duvidar da narrativa do autor de *Noções de Literatura Brasileira* (1931). Para ele:

Elegeram-no, pode-se dizer, quase exclusivamente pela obra científica, pois a literária, excluindo *Rosa mística*, um livro fracassado, era praticamente nula. Mas Afrânio já havia adquirido um renome de grande talento, de quase gênio, um novo Rui Barbosa que a Bahia nos enviava.

De regresso do Oriente, na primavera de 1910, chegara a Paris, trazendo na bagagem o manuscrito de *A Esfinge*, datado de Heluam (Egito), embora nos pareça um tanto problemático que tivesse tempo para escrever um romance de trezentas páginas no decurso dessa viagem. (BROCA, 2005, p. 207).

A documentação de Broca refere-se à polêmica do crítico baiano Almáquio Dinis, candidato derrotado nesse pleito, que questionou a validade da candidatura de Peixoto, uma vez que não apresentara, segundo o reclamante, a carta de inscrição em tempo hábil; os cartões de visita a acadêmicos, constantes do arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa também desmentem a versão de falsificador de Mário de Alencar e denunciam a própria letra do autor de *Epilepsia e Crime*. As peripécias sobre o romance são tão convenientemente ajustadas que, na chegada a Paris, o editor Francisco Alves (o abominável) o espera de braços abertos para imprimir o que será, segundo Broca, o terceiro mais bem-sucedido *best-seller* do início do século, junto com *Canaã* e *Os Sertões*. Graça Aranha também irá ser eleito somente pela promessa da escrita do romance e terá, como o autor de *Bugrinha*, uma acolhida estrondosa pela crítica e pelo público. Sobre sucesso literário, é valiosa a observação do personagem Fortunio ao protagonista Anselmo de *A Conquista*. Comenta o poeta Fortunio:

– Dizem que a população do Brasil é de treze milhões...

– Mais ou menos.

– Pois bem: doze milhões e oitocentos mil não sabem ler. Dos duzentos mil restantes, cento e cinquenta lêem apenas jornais, cinquenta lêem livros francezes,

trinta lêem traduções, quinze mil lêem a cartilha e livros espíritas, dois mil estudam Augusto Comte e mil procuram livros brasileiros. (COELHO NETO, 1913, p. 292).

Pela exagerada observação do personagem de Coelho Neto, não muito longe da realidade, sucesso de crítica e de público confundiam-se. Acrescentem-se as relações de amizade e de favorecimento e o poderio econômico de intelectuais como Peixoto e teremos os ingredientes perfeitos para o sucesso editorial brasileiro dos conturbados primeiros anos do século. A frase tranquilizadora de Francisco Alves antecipa o fenômeno de vendas: “(...) sempre haveria mil médicos para esgotar uma primeira edição, curiosos de ver se o colega não ‘escorregara’ como romancista.” (BROCA, 2005, p. 207).

Num projeto organizador, *A esfinge* acaba percorrendo as duas vias de acesso pedagógicas. Se mostrar o comportamento dissoluto dos ricos e dirigentes do Brasil, em sua ironia fina, providencia o sucesso editorial, também a maneira como são retratados os provincianos e os pobres compensa e impede a exposição daquela mesma alta sociedade, não indo além da manutenção do modelo ali executado. Em outras palavras, a crítica de Peixoto não parece ter a intenção de avançar além do riso do centro irradiador, a sede do império, e a reprimenda aos que estão fora daquela condição. Não há uma problematização coletiva de fundo, mas uma vibração performática apenas na superfície, ao gosto da narrativa trivial discutida por Flávio Kothe (1986).

Nas observações da personagem diplomata Alexandre de Maia, mesclam-se o elogio ao jogo de tênis como sintoma civilizador versus o atraso dos bugres: “Parecia-lhe o tênis de grande efeito renovador em nossos costumes. Os bugres aprenderiam ao menos como gente fina se diverte. Devia Lúcia vir mais vezes, para animar aquilo.” (PEIXOTO, 1947, p. 27-8). O narrador ainda completa a ambientação cultural da estância de verão em Petrópolis como local de vitalidade cultural porque “tinham todos muito gosto ou ficavam *enchatés* com o seu conhecimento. Falavam francês os nacionais, por *chic* e civilidade, porque havia diplomatas estrangeiros na roda.” No passeio dos protagonistas, Lúcia observa sobre as flores mal-cuidadas e relaciona o fato ao sentido de tristeza do povo brasileiro:

Os homens que vivem em festa, na pompa de uma natureza incansável na alegria, são fracos e desanimados. São frívolas e cépticas as civilidades fartas e faustosas. É preciso sofrer o desejo para amar a vida, sofrer a dor para vencer na vida. Parou alguns instantes, meditando, e concluiu: É só por isso, pela força e pela glória de nossa natureza que nós somos um povo triste e indolente... desamorosos todos de uma terra muito feliz. (PEIXOTO, 1947, p. 45).

As observações estão, ao que parece, articuladas com o martírio de que vai sofrer o protagonista para finalmente conquistar a sua amada: viçosa como a natureza, não deseja que a acompanhe um amante fraco e incapaz de dominá-la. Por outro lado, a percepção de natureza exuberante vem de José de Alencar e de seu idealismo romântico, o que também já está sendo refutado pela nova geração.

Outro grande exemplo da penúria cultural e artística está, aqui camuflada pela verve da alta burguesia, nos modelos pobres do artista. “Lá estava o modelo, contido a custo na posição que lhe ensinara. Era um garoto das ruas, descalço, de camisa aberta e desgoelada, um boné à banda, o cabelo castanho e corrido, arrumado e repartido em trunfa... como um vagabundo precoce.” (PEIXOTO, 1947, p. 189). Se por um lado, a iniciativa revela o que se tinha à disposição para fazer arte, também, com isso, o narrador deseja montar o seu arcabouço teórico-sociológico sobre o futuro dos povos do Brasil, assunto que o autor tem autoridade para descrever à época. Assim ele segue:

E nesse aspecto de desleixo nacional havia uma criança de belas linhas clássicas, de tipo caucásico característico, alvo de pele, garço de olhos, filho sem dúvida de estrangeiros imigrados e perdidos na maré suja de nossa mal misturada nacionalidade... representando uma raça e um povo longínquo, transplantado e afeito ao nosso meio, relaxado e dissoluto em nossa desordem, como argumento vivo a desmentir o receio patriótico dos que enxergam perigos na vida de elementos povoadores peregrinos, não advertindo nessa assimilação deformadora da terra e do clima que os adapta e contrafaz, necessariamente, logo na segunda geração... Na elegância do talhe e do gesto, na inteligência ladina do olhar, via-se, entretanto, que esse tipo devia vencer e dominar na concorrência com os indígenas sem estímulo e com os mestiços degenerados de outras descendências. (PEIXOTO, 1947, p. 190).

O médico adepto das teorias raciológicas vence o ficcionista. Muito mais do que avaliar o que está observando na realidade, o narrador expõe o seu sonho, o seu desejo: ver desaparecidos os exemplares de inferioridade, primitividade e vergonhosa atitude da nossa civilização — aprisionar e tentar extinguir o nativo e manter-se como a última nação a expurgar definitivamente a escravidão do africano. Ainda no capítulo sobre as tentativas da personagem Paulo, de construir uma obra de arte exemplar para os políticos brasileiros, há a oportunidade de avaliar os ganhos das criticadas décadas anteriores com a chegada dos imigrantes europeus:

Impressionara-o certo dia, no Cais do Pharoux, um pequeno limpador de botas. Filho de italianos, já não tinha as tradições, nem sabia a língua dos pais. O português que falava, corrompido e deficiente, eivava-se da intrusão da gíria carioca, a geringonça, calão de capoeiras e vagabundos. No atilamento esperto dos olhos e das respostas prontas, revelava-se, entretanto, bem superior à média de outros, mestiços e naturais, que lhe faziam concorrência, sem êxito. (PEIXOTO, 1947, p. 191).

O discurso da narrativa, tão crítico e ferino em momentos de descrição e avaliação dos elementos da sociedade, não age da mesma maneira ao tratar da narração sobre os acontecimentos históricos e as condições desiguais sobre os participantes do torneio da “conquista da vitória” do novo mundo. O narrador tem lugares específicos para cada participante: O conquistador adaptou-se e sofreu as agruras da natureza inóspita e o nativo e africano são o húmus degenerado a ser esquecido.

Na história, em formação, da nacionalidade brasileira, seria um momento étnico capital. Ontem foram os estrangeiros que vieram buscar a fortuna, a paz ou a morte no Brasil, cuidando volver com a felicidade de um repouso farto, para a velhice tranquila, na mãe pátria... Agora era aquele rebento, aqui nascido, já impregnado do novo meio e dos novos hábitos, esquecido da origem peregrina, brasileiro pela língua e pela adaptação inconsciente... Amanhã seriam produtos destes, decantados, fixados, tornados estáveis pela seleção ou melhorados pela variação, vitoriosos no conflito com os elementos subalternos que os precederam. E seriam eles todos soma complexa, o mesmo Brasil... (PEIXOTO, 1947, p. 191-192).

Os argumentos estabelecem conflitos entre pobres, nativos, mestiços e imigrantes empobrecidos. Não há a possibilidade problemática dos vencedores desta contenda entre pobres ameaçarem o poderio dos donos da terra descritos e corrigidos pela narrativa. São representações posicionadas em locais diferentes do texto. O arremate das idéias veiculadas no romance, através das aspirações artísticas do protagonista Paulo, posiciona o lugar dos vários elementos na formação da nacionalidade vencedora:

Sobre o humo decomposto de degredados e de escravos, do crime e da bastardia, buscando a riqueza e achando a resignação, outras gentes viriam implantar-se para anular e substituir estes brasileiros de hoje pelos brasileiros de amanhã, povo

diferente pelas origens e pelas possibilidades, mas o mesmo pela terra, pelos costumes, pela cultura... (PEIXOTO, 1947, p. 192).

As expectativas do romancista, com as elucubrações da personagem, descrevem um horizonte de expectativa futuro sem a participação de populosas parcelas das populações existentes naquele momento histórico. O tom das afirmativas expressa a relação de estima do autor, quiçá da classe letrada, para com as duas outras classes sociais consideradas obstáculos para o desenvolvimento nacional.

O projeto de Afrânio Peixoto também exposto nas *Noções de História da Literatura* (1931), e garantido aqui como a expressividade ficcional deveria agradar em cheio uma sociedade sedenta da semelhança com as etnias européias. Segundo Peixoto, o domínio da colônia pelos mulatos inspirou muitas frases de efeito:

Dom Francisco Manoel de Mello, que aqui esteve desterrado, escreveu livro, que se perdeu, cujo título é aquela frase, repetida pelo Padre Andreoni (no livro *Cultura e Opulência do Brasil*, por André João Antonil, pseudônimo de João Antonio Andreoni), no século imediato: “O Brasil, inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”. (PEIXOTO, 1931, p. 40).

Após a apresentação de números sobre as populações dos índios, negros e brancos e suas misturas, o historiador-romancista afirma sobre a expectativa comum de desaparecimento dos negros e dos mestiços brasileiros:

Já não existem africanos de puro sangue; os negros e mulatos nacionais vão-se cruzando entre si e com os brancos; calcula-se que, mais dois séculos,⁵ eles tenham desaparecido, nas diluições sucessivas de sangue branco, depurado o Brasil do sangue negro que lhe impuseram. (PEIXOTO, 1931, p. 42).

Na perspectiva de sistema dinâmico de circulação de idéias do romance para a história da literatura e outros meios, faz-se a literatura. Os elementos estéticos aliados às imaginações ideológicas podem fortalecer e consagrar posições e expectativas de determinadas classes. Os problemas dessas expectativas é formar a identificação pelo positivo daqueles que acreditam compor tal lado da ideologia social, o branco, e oprimir aqueles que, de modo semelhante, acreditam estar do lado negativo da autoridade cultural expressa na frase ficcional e historiográfica. O romance, compreendido como peça que forma imaginações, além de diversão estética, conduz ideologias para os dois lados das extremidades sociais, e, nessa perspectiva, deve ser pensado pelas estratégias de afro-brasilidade. Não há como passar por ele apenas pelo lado da construção estética ou da teoria da literatura, mesmo se tratando de livro pouco conhecido, porque autores, críticos e historiadores tiveram oportunidade de lê-lo e seu autor é figura institucional ainda insinuante pela capacidade de trabalho dentro do sistema literário e cultural.

Ao menos pelo tempo que dura a sua vigência canônica, até o esfacelamento das idéias basilares do positivismo, tem razão a impertinente crítica ao sistema literário brasileiro proposto por Kothe, na sua coleção sobre o Cânone (KOTHE, 2000). Segundo o autor de *Cânone Imperial*, as obras são consagradas também pela capacidade de agradar e felicitar a classe dirigente pelo seu modo bárbaro de governar a sociedade brasileira, pela violência, extermínio e marginalização de boa parte da população. Na Terceira Parte do romance, a viagem feita pelo protagonista à sua cidade natal — Amparo — vem também criar o contraste entre a capital civilizada e a província atrasada, como indica a conversa com o amigo de infância, Maurício, e atual inimigo da família por questões políticas.

Que importa houvesse lá fora luta tremenda e civilizadora, pela conquista do Direito, pela posse do Progresso, pela cultura da Arte?... Ali no Amparo, em todos os outros Amparos de que o Brasil está cheio, a preocupação absorvente, única, exclusiva, seriam as pequeninas rivalidades locais, envenenadas e violentas que, se

não terminavam no sangue, viviam do doesto e produziam essa imensa ruína. (PEIXOTO, 1947, p. 221).

A variação para o discurso político que culpa os pequenos centros de atrasados pela sua própria vontade incorre num erro que já tinha visto massacres como o de Canudos. Aquelas pequenas comunidades estavam, como reclamam as personagens, abandonadas à exploração dos dirigentes e sem nenhum tipo de apoio de ordem governamental, policial e educacional, como ainda existem locais expostos ao coronelismo, jaguncismo, terror e escravidão. Infelizmente, o trabalho ficcional de um autor que conhece as províncias, mas as inferioriza sem lá viver é danoso para a constituição do próprio discurso literário.

Observações semelhantes às verificadas em Peixoto, Edward Said constatou na ficção do hindu-brâmane radicado norte-americano V. S. Naipaul, ao realizar acusações ao Islã sem sair da proteção do *Tio Sam*. O crítico palestino convidou o romancista a proferir suas críticas onde os acusados também pudessem proceder sua defesa, mesmo que por meio de projéteis explosivos. (SAID, 2003). Nesse tema discursivo até mesmo a inapetência do nativo e do mestiço é defendida pelo escritor hindu. Segundo Said, para Naipaul: “*eles* (todo mundo sabe que ‘eles’ significa os de cor, os crioulos, os negros) são culpados de serem o que são, e não adianta ficar repisando no legado do imperialismo” (SAID, 1995, p. 51), tal como o romancista baiano que observa as inatas superioridade, inferioridade e seleção natural. A perspectiva determinista de atraso da província é reforçada na seguinte passagem:

Paulo ouvira o irmão com mais tristeza que animosidade. No seu espírito confirmava-se juízo que vagamente formara, mas de que se procurara dissuadir... ele, Pedro, era também ora parvo, ora energúmeno, como toda a gente do Alcântara, todo o povo do Amparo. (PEIXOTO, 1947, p. 232).

Circulando no sistema da literatura, as idéias contidas nas frases do romance vão inflar um desejo comum de superioridade da classe letrada, como também vão fundamentar o desejo de desaparecimento das classes subalternas e inconvenientes em suas reivindicações de benefícios para além da liberdade e da pertença ao país. O sistema da literatura, como defendido pelo crítico alemão Siegfried Schmidt, pressupõe uma série de ações e reações que corporificam o literário. O livro, enquanto feitura, incorpora-se a um conjunto aparentemente estático de possibilidades passível de ser descrito pela história da literatura. A prática da leitura do livro, ação perceptível na quantidade de livros vendidos, de resenhas escritas sobre ele, indica um espaço dinâmico que pode ser chamado de ação literária.

Sistemas literários são organizados hierarquicamente e holisticamente. Isso significa que todos os seus componentes são, ao mesmo tempo, autônomos e autorreguladores e estão, funcionalmente, intergrados ao sistema. Portanto, só podem ser compreendidos ou definidos em relação a todo o sistema. O sistema literário, por seu lado, é visto como um sistema componente da sociedade, visto como um sistema surgindo de sistemas. Um sistema só pode ser compreendido e explicado no contexto sistemático de (todos) os outros sistemas ativos da sociedade em certo ponto do desenvolvimento sócio-histórico. (SCHMIDT, 1996, p. 113).

Nessa perspectiva, não se pode negar que falar contra o negro e contra o índio, do lado do poder, amplia o conforto do discurso científico e dimensiona para mais o prestígio intelectual, pois quem o ouve, o lê e o recebe é sempre quem lhe confere autoridade: a classe mandatária. Esta é uma fala de poder e não para o poder, como deseja E. Said, ao se tratar de uma atitude de intelectual. Nem o romance pode ser considerado uma peça fora das codificações das ideologias e nem a sociedade pode conferir-lhe algum tipo de salvo conduto dentro da densa floresta da cultura.

Referências Bibliográficas

- [1] BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2005.
- [2] KOTHE, Flávio R. **A alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.
- [3] KOTHE, Flávio. **O cânone imperial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- [4] NETO, Coelho. **A conquista**. 3. ed. Porto: Chardron, 1913.
- [5] PEIXOTO, Afrânio. **A esfinge**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Jackson, 1947. 1 ed. 1911.
- [6] PEIXOTO, Afrânio. **Noções de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- [7] ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. v. I. (Col. Documentos Brasileiros, 24).
- [8] SAID, Edward. Duas visões em “*Heart of Darkness*” [O coração das trevas]. In: _____. **Cultura e imperialismo**. Tradução por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- [9] SAID, Edward. Entre os fiéis. In: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução por Pedro Soares Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- [10] SAID, Edward. Falar a verdade ao poder. In: _____. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Tradução por Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 89-104.
- [11] SANTOS, Ricardo Ventura e MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. *Mana*, vol.10, no.1 Rio de Janeiro Apr. 2004, 61-94.
- [12] SCHMIDT, Siegfried. Sobre a escrita de histórias da literatura – observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger. **Histórias da literatura – as novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996. (Série Fundamentos, 115).
- [13] WISNIK, José Miguel. “Machado maxixe. O caso Pestana.” In *Teresa*, nº 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 13-79.
- [14] ZILBERMAN, Regina. O Positivismo e a História da Literatura. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.) **Histórias da literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

¹ **Adeíto Manoel PINHO, Prof. Dr.**

Universidade Estadual de Feira de Santana- Ba (UEFS)
adeitalo@uol.com.br.

² Na verdade, o primeiro livro foi *Rosa Mística* (1900), repudiado pelo autor nessas palavras: “incorrigível. Só o fogo.”

³ Afrânio Peixoto (Júlio A. P.), médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 14 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947. Eleito em 7 de maio de 1910 para a Cadeira n. 7, na sucessão a Euclides da Cunha, foi recebido em 14 de agosto de 1911, pelo acadêmico Araripe Júnior. Foram seus pais o capitão Francisco Afrânio Peixoto e Virgínia de Morais Peixoto. O pai, comerciante e homem de boa cultura, transmitiu ao filho os conhecimentos que auferiu ao longo de sua vida de autodidata. Criado no interior da Bahia, cujos cenários constituem a situação de muitos dos seus romances, sua formação intelectual se fez em

Salvador, onde se diplomou em Medicina, em 1897, como aluno laureado. Sua tese inaugural, *Epilepsia e crime*, despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública (1902) e Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904). Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932). No magistério, chegou a reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Após 40 anos de relevantes serviços à formação das novas gerações de seu país, aposentou-se. Fonte: www.academia.org.br, consultada em 6 de junho de 2008.

⁴ A citação é a seguinte: “Os colonos nacionais deveriam sistematicamente, se isso fosse possível, acompanhar de perto as levas de colonos estrangeiros para dois fins principais: aprenderem com eles os novos métodos e as novas idéias de trabalho e mais facilmente cruzarem com eles para assimilá-los.” (ROMERO, 1953. v. I, p. 25). Sobre o Positivismo e a literatura brasileira, consultar ZILBERMAN, 2003, p. 115-140.

⁵ Sobre o assunto, ver SANTOS; MAIO, 2004.